

SEÇÃO: RESENHAS

KEMP, Gary. *What is this thing called philosophy of language?*. 3. ed. London (Reino Unido): Routledge, 2024. xviii, 307 p. ISBN: 978-1-032-42654-9

Fábio Luiz Nunes¹

A linguagem humana representa a condição fundamental para a emergência da subjetividade, uma vez que, segundo postula o linguista francês É. Benveniste (1966), é no exercício da língua e por intermédio dela que o indivíduo se faz sujeito. A investigação filosófica dessa capacidade de instaurar o eu na linguagem e de representar o mundo é uma das preocupações da análise empreendida em *What is this thing called philosophy of language?* (editora Routledge, 2024), de Gary Kemp. Publicado em sua terceira edição, o manual, que ainda não dispõe de uma tradução para a língua portuguesa, sistematiza os debates seminais e contemporâneos da filosofia da linguagem, apresentando um percurso didático destinado a estudantes que iniciam seus estudos na área.

Gary Kemp é *senior lecturer* em filosofia na University of Glasgow, Reino Unido. Seu percurso acadêmico-profissional é reflexo de uma dedicação aprofundada à filosofia da linguagem e à história da filosofia analítica, com publicações que examinam as teorias de importantes figuras como G. Frege, B. Russell, W. Quine e D. Davidson. Dentre seus trabalhos de maior repercussão, figuram as obras *Quine versus Davidson: truth, reference, and meaning* (Oxford University Press, 2012) e *Quine's philosophy: an introduction* (editora Bloomsbury, 2023), as quais atestam sua especialização e seu engajamento com as querelas teóricas que definem o campo.

A obra se inicia com uma seção introdutória que estabelece os fundamentos e as justificativas para a investigação filosófica da linguagem. Kemp (2024) distingue a filosofia da

¹ Profissional técnico-administrativo em educação no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: fabio.nunes.fln@cefetmg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0784-1921>.

linguagem da linguística, apontando que a primeira se debruça sobre as fundações conceituais e a relação entre linguagem, pensamento e realidade, enquanto a segunda possui uma orientação mais empírica. Ele também apresenta as divisões canônicas da disciplina em *sintaxe*, *semântica* e *pragmática*, e introduz algumas noções instrumentais para a análise filosófica, como a distinção entre uso e menção, tipo e espécime (*type/token*), e o conceito de condições de verdade. A partir do momento em que delimita o campo de estudo, Kemp (2024) dialoga com a perspectiva de Rodríguez-Consuegra (2003), que sublinha igualmente a importância de demarcar a natureza da filosofia da linguagem em relação a disciplinas adjacentes, incluindo a lógica e a psicologia, para determinar seu caráter específico e seus problemas internos.

O primeiro capítulo é dedicado ao exame do que Kemp (2024) denomina “semântica ingênua” (*naïve semantics*). Esse modelo, apresentado como um ponto de partida intuitivo e fundamentado no senso comum, compreende que o significado de uma expressão é tão somente seu referente. Para os termos singulares (nomes próprios), o significado é o objeto que eles nomeiam; para os predicados, o significado é a propriedade ou relação que denotam. Essa visão, indicam autores como Martinich (1997), constitui uma teoria da nomenclatura que, apesar de suas limitações, permanece sendo um referencial teórico resiliente e um alicerce para a construção de modelos semânticos mais sofisticados. Kemp (2024) utiliza essa estrutura simplificada para apresentar a distinção sintática fundamental entre termos singulares e predicados, que se combinam para formar sentenças atômicas. Além do mais, o capítulo discorre sobre os mecanismos operacionais da sintaxe lógica, distinguindo cuidadosamente o papel dos *conectivos vero-funcionais*, que são responsáveis pela articulação e pela formação de sentenças moleculares complexas a partir de proposições atômicas, e a função estrita dos *quantificadores*. Estes últimos, mobilizados como operadores lógicos que ligam variáveis em fórmulas abertas, são apresentados como os geradores de sentenças gerais (ou quantificadas), estabelecendo o vocabulário basal da lógica de predicados de primeira ordem, que será instrumental para a avaliação de teorias subsequentes.

No capítulo seguinte, Kemp (2024) trata da semântica fregeana, apresentando-a como uma resposta sistemática às insuficiências da semântica ingênua. A análise se concentra em dois problemas centrais: o valor cognitivo das sentenças de identidade e a questão dos termos singulares vazios. A solução de Frege, segundo o autor resenhado, centra-se em sua célebre

distinção entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*). O sentido é caracterizado como o “modo de apresentação” do referente, ou a regra que determina a referência. Essa distinção estende-se a todas as categorias de expressões: o sentido de uma sentença é a proposição ou o pensamento que ela expressa, enquanto sua referência é o seu valor de verdade (o Verdadeiro ou o Falso). Miller (2007) aprofunda essa questão, já que destaca a teoria de Frege como um dos pilares da filosofia analítica por sistematizar a noção de significado em múltiplos níveis, permitindo explicar como sentenças com a mesma referência podem, todavia, possuir diferentes conteúdos informativos, resolvendo, assim, o quebra-cabeça do valor cognitivo.

A semântica russelliana é o foco do terceiro capítulo de Kemp (2024, em que se expõe a alternativa de Russell ao sistema de Frege. O autor resenhado lembra que Russell rejeita a postulação do sentido como uma entidade intermediária, buscando resolver os problemas de valor cognitivo e de termos singulares vazios por meio do que chamou de *teoria das descrições definidas*. Para Russell, sentenças contendo descrições definidas (como “O atual rei da França é calvo”) não são proposições do tipo sujeito-predicado, mas, na realidade, sentenças quantificadas complexas. Sua forma lógica subjacente mostra que elas são simplesmente falsas, em vez de desprovidas de valor de verdade, como sustentaria Frege. Essa análise é então estendida aos nomes próprios comuns, que Russell considera descrições definidas “disfarçadas”. Essa busca pela “forma lógica” autêntica, como examina Rodríguez-Consuegra (2003), é um projeto fundamental na filosofia de Russell, que visa descortinar a estrutura real do pensamento por trás da forma gramatical enganosa da linguagem ordinária. Kemp (2024) conclui a exposição desse capítulo ao introduzir a distinção epistemológica russelliana entre conhecimento por contato imediato (*acquaintance*) e conhecimento por descrição, uma ideia que sustenta sua teoria semântica e sua visão de que os únicos nomes logicamente próprios seriam aqueles que se referem a objetos de contato direto, como os dados dos sentidos.

O quarto capítulo inclina-se sobre a teoria do juízo de Russell e a filosofia inicial de L. Wittgenstein, contextualizando-as no interior dos desdobramentos da agenda logicista. Kemp (2024) demonstra que os problemas na teoria das proposições como entidades abstratas, sobretudo a questão das crenças falsas, levaram Russell a desenvolver sua teoria da relação múltipla do juízo, uma tentativa de analisar o julgamento sem a postulação de proposições. Em seguida, a teoria da figuração do *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein se apresenta como uma resposta crítica às insuficiências da teoria de Russell. Para Wittgenstein,

uma proposição é ela mesma um fato, uma “figura lógica”, que representa um possível estado de coisas. Tal concepção, a partir da qual a estrutura da proposição espelha a estrutura da realidade, estabelece, como bem observa Miller (2007), uma conexão intrínseca entre a linguagem, a lógica e o mundo. Kemp (2024) finaliza o capítulo indicando como essa visão contida no *Tractatus*, com a distinção rigorosa entre o que pode ser dito (proposições empíricas) e o que só pode ser mostrado (a forma lógica), forneceu o solo conceitual para o desenvolvimento do critério de verificação do chamado positivismo lógico, exemplificado nas obras de pensadores como A. J. Ayer e R. Carnap.

O quinto capítulo, “The late Wittgenstein”, discute a mudança radical desse filósofo austro-britânico em relação a sua obra anterior, abandonando a centralidade da referência para investigar os *jogos de linguagem* e as *formas de vida*. Kemp (2024) apresenta a concepção de que o significado de uma palavra é seu uso; a noção de *semelhanças de família* (*Familienähnlichkeit*);² e a problemática de seguir uma regra. O sexto capítulo examina a perspectiva naturalista do filósofo e matemático estadunidense W. Quine, seu ceticismo em relação a noções como significado e sua substituição pela ideia de disposição linguística. Kemp (2024) menciona o experimento mental da tradução radical para ilustrar a tese da indeterminação da tradução e o ataque à distinção analítico-sintético.³ O arcabouço expositivo torna-se mais ousado ao sustentar a aproximação entre as filosofias do segundo Wittgenstein e de Quine, uma convergência que o próprio Kemp já havia buscado consolidar em trabalhos anteriores (Kemp, 2014). O principal mérito desse paralelismo se observa na articulação entre o ceticismo ontológico de Quine, expresso na tese da indeterminação da tradução, e o problema wittgensteiniano de seguir regras. Em ambos os casos, desfaz-se a ideia tradicional

² Para Wittgenstein, os membros de uma categoria, como “jogo” ou “linguagem”, não são unidos por uma única propriedade essencial comum a todos. No lugar disso, ele propõe que esses elementos são conectados por uma rede complexa de características que se sobrepõem e se entrecruzam, de maneira análoga aos traços físicos compartilhados entre os membros de uma família (alguns têm o mesmo nariz, outros a mesma cor de cabelo, outros o mesmo temperamento, sem que um único traço esteja presente em todos). Desse modo, um conceito é definido por uma série de similaridades parciais, e não por uma essência universal.

³ Por meio desse experimento, imagina-se um linguista que tenta traduzir uma língua completamente desconhecida, dispondo apenas do comportamento observável de seus falantes. O linguista correlaciona as elocuições dos nativos com os estímulos ambientais que provocam assentimento ou dissentimento. Quine utiliza-se disso para argumentar que, mesmo com acesso a todas as disposições comportamentais possíveis, múltiplas traduções incompatíveis entre si permaneceriam igualmente válidas, o que o leva às teses da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência.

de que o significado está ancorado em conteúdos mentais inacessíveis, evidenciando-se a inexistência de “fatos semânticos” ou de fundamentos ocultos na mente.

Mesmo assim, sob uma análise mais rigorosa, a aproximação proposta por Kemp apresenta uma diferença ontológica importante. A equivalência entre a “prática” em Wittgenstein e a “disposição linguística” em Quine não se sustenta plenamente do ponto de vista metodológico. O pensamento de Quine baseia-se em um comportamentalismo semântico estrito, orientado pela relação estímulo-resposta e vinculado a um naturalismo cientificista. Já em Wittgenstein, a noção de “prática”, associada às “formas de vida”, não se reduz a processos biológicos ou causais. Trata-se de uma noção marcada pela normatividade social, que insere o falante no campo das razões, da cultura e das correções públicas. Por isso, é pouco provável que Wittgenstein aceitasse o caráter mecanicista do projeto reducionista de Quine, ainda que ambos tenham compartilhado uma crítica ao mentalismo.

Em “Kripke on naming and necessity”, o sétimo capítulo, Kemp (2024) expõe a crítica do filósofo estadunidense S. Kripke à teoria descritivista dos nomes próprios, sustentada por figuras como Frege e Russell. A argumentação de Kripke, conforme mencionado por Kemp (2024), promove uma das mais profundas rupturas da filosofia contemporânea ao dismantelar a sobreposição ortodoxa entre metafísica e epistemologia. Ao contrário das premissas do paradigma descritivista, Kripke demonstra que nomes próprios operam enquanto *designadores rígidos*, referindo-se ao mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis. Consequentemente, sentenças de identidade verdadeiras estabelecidas entre dois nomes próprios (como “Héspero é Fósforo”) revelam-se metafisicamente *necessárias*. A genialidade kripkeana, como explora a obra, encontra-se em mostrar que, muito embora possuam um caráter de necessidade modal inabalável, tais identidades não são acessíveis *a priori* e nem se fundamentam em analiticidade linguística, exigindo averiguação empírica para serem conhecidas — inaugurando, de tal maneira, a célebre categoria do necessário *a posteriori*.

Cabe mencionar que essa investigação de Kemp (2024) sobre a referência e os nomes próprios representa uma contribuição tanto para a semântica quanto para a metassemântica, uma distinção fundamental para a organização da filosofia da linguagem que autores como Davies (2006) discutem. A metassemântica, à medida que põe em causa a própria natureza do

significado e da referência, fornece a base para se compreender o alcance filosófico do projeto de Kripke.

O capítulo seguinte, “Context-dependence, indexicality and natural kinds”, estende as discussões sobre referência direta para outros domínios da linguagem. Kemp (2024) aborda o funcionamento de indexicais e demonstrativos como *eu*, *aqui* e *agora*, cuja referência é determinada pelo contexto de elocução.⁴ Na sequência, o autor apresenta os argumentos de H. Putnam sobre os termos de gênero natural, como “água” e “ouro”. A partir do experimento de pensamento da Terra gêmea, Kemp (2024) discute a tese do externalismo semântico, de acordo com a qual o significado não estaria “na cabeça”, mas dependeria de fatores do ambiente externo e da “divisão do trabalho linguístico” na comunidade. A obra também comenta sobre a semântica bidimensional de D. Kaplan, que diferencia o *caráter* de uma expressão (sua regra linguística) de seu *conteúdo* (a proposição expressa em um contexto específico), permitindo uma análise mais sofisticada de sentenças que são contingentemente *a priori* ou necessariamente *a posteriori*.

Kemp (2024) dedica o nono capítulo ao estudo do uso da linguagem em contexto, para além do seu significado literal, o que se denomina pragmática. Kemp (2024) dá atenção à famosa teoria dos atos de fala de J. L. Austin, com sua noção tripartite de atos *locucionários*, *ilocucionários* e *perlocucionários*, e o posterior desenvolvimento dessa abordagem por J. Searle. Subsequentemente, o autor examina a teoria das implicaturas conversacionais de H. P. Grice, fundamentada no princípio da cooperação e em suas máximas. A distinção entre semântica e pragmática, entendida por Davies (2006) como a diferença entre o estudo das condições de verdade e o estudo do uso apropriado da linguagem, é aqui plenamente desenvolvida por Kemp (2024). Nesse mesmo sentido, a análise de Kemp (2024) sobre Austin e Grice dá sustentação à perspectiva de Korta (2002), para quem os fundamentos da pragmática como disciplina linguística foram estabelecidos, de fato, por investigações

⁴ Essa análise filosófica da dependência contextual encontra um paralelo direto na linguística, especificamente na teoria da enunciação do já mencionado É. Benveniste (1966). Em seus *Problemas de linguística geral*, ele define a enunciação como o ato de apropriação da língua por um locutor. Esse ato se manifesta por meio de um aparelho formal composto precisamente por dispositivos indexicais (ou dêiticos): as formas *eu* e *tu* instituem os sujeitos do discurso, enquanto *aqui* e *agora* vinculam a enunciação ao espaço e ao tempo. Para Benveniste, tais termos são “formas vazias” cuja referência é preenchida apenas na instância de discurso e só têm sentido no interior dela.

filosóficas, consolidando a filosofia da linguagem como uma *filosofia das ciências da linguagem*.

Na décima parte da obra, intitulada “Davidson’s philosophy of language”, Kemp (2024) descreve a teoria davidsoniana da verdade como uma teoria do significado, apresentando os conceitos de *interpretação radical*, *holismo semântico* e o *princípio de caridade* enquanto sustentáculos metodológicos. A exposição demonstra que Davidson procura fundamentar a significação em bases empíricas e intersubjetivas, um projeto que Korta (2002) identificaria como mais uma profícua aproximação entre a filosofia da linguagem e as ciências da linguagem, ao tentar formalizar os dados observáveis do comportamento linguístico. Prosseguindo para o capítulo onze, “The propositional attitudes”, o autor discute os desafios que os contextos não extensionais colocam para a semântica formal, pondo em contraste a solução fregeana de sentido e referência em relação à abordagem naturalista de Quine. A reflexão sobre as atitudes *de re* e *de dicto*⁵ é novamente aprofundada com as reflexões de Kemp (2014) a respeito da compatibilidade entre as perspectivas de Quine e Wittgenstein, para quem a normatividade linguística se enraíza em disposições e práticas, em detrimento de uma semântica baseada em entidades mentais ou abstratas.

O capítulo doze, “Chomsky’s science of language and universal grammar”, compreende a linguística chomskiana como um ramo das ciências biológicas, investigando a faculdade da linguagem sob a condição de uma propriedade inata da espécie humana. Kemp (2024) reconstitui argumentos centrais como a *pobreza do estímulo* e, então, distingue conceitos técnicos como *língua-I* (linguagem interna, mental ou individual) e *língua-E* (linguagem externa, pública ou social), além de introduzir noções da gramática gerativa, como *estrutura profunda*, *estrutura de superfície* e *teoria dos traços*. A propósito, a descrição do programa chomskiano constitui um exemplo paradigmático da tese de Korta (2002), segundo o qual a filosofia da linguagem deve ser compreendida como *filosofia da linguística*, uma vez que as questões fundamentais investigadas por Chomsky sobre a natureza da linguagem são indissociáveis de sua agenda científica. A visão internalista de Chomsky sobre o significado,

⁵ As atitudes *de dicto* (“sobre o dito”) referem-se a crenças ou outros estados mentais sobre o conteúdo de uma proposição, em que o modo como essa proposição é descrita é essencial. Já as atitudes *de re* (“sobre a coisa”) são crenças a respeito de um objeto específico, independentemente da descrição utilizada para se referir a ele. Por exemplo, crer que o autor do romance *Dom Casmurro* era um exímio contista é uma crença *de dicto*. Crer, a respeito de Machado de Assis (a “coisa”), que ele era um exímio contista, por sua vez, é uma crença *de re*.

desvinculada da referência a objetos externos, é apresentada por Korta (2002) como uma crítica direta às tradições semânticas predominantes.⁶

A exposição de Kemp (2024) segue para as discussões contemporâneas. Na seção “Modern directions I”, o filósofo britânico mapeia quatro campos de intensa atividade teórica. A primeira área é a da *asserção*, na qual se analisam suas regras constitutivas, como a regra da crença e a regra do conhecimento, e se debate sua centralidade pragmática. A segunda é a da *relatividade ao contexto*, que estende a dependência contextual para além dos indexicais, abrangendo termos deônticos, epistêmicos e axiológicos. A terceira área investiga o estatuto dos objetos ficcionais, revisando as principais teorias que buscam dar conta do problema da referência de nomes em discursos sobre ficção, como o possibilismo, o neomeinongianismo e o criacionismo. Ademais, o capítulo treze aborda o inferencialismo, uma alternativa à semântica referencial que define o significado a partir do papel inferencial das expressões.

Em “Modern directions II”, último capítulo dessa extensa revisão da filosofia da linguagem, o foco incide sobre debates atuais, apontando suas implicações teóricas e sociais. Kemp (2024) começa com uma análise de termos pejorativos (*slurs*), e observa como seu conteúdo depreciativo resiste à negação e ao encaixe em contextos proposicionais, revisitando teorias que tentam explicar esse fenômeno. A seguir, o autor se dedica à *engenharia conceitual*, o projeto de criar, revisar ou eliminar conceitos para fins teóricos, éticos ou políticos, um campo de estudo que se aproxima bastante das reflexões de Jerade (2025) sobre ativismo linguístico, justiça hermenêutica e contribuições feministas à filosofia da linguagem. A discussão sobre a proposta de S. Haslanger para o conceito de *mulher* serve de exemplo prático para este programa.⁷ Por fim, o capítulo aborda a filosofia experimental (*X-Phi*), uma abordagem metodológica que utiliza levantamentos empíricos para testar intuições filosóficas, especialmente aquelas relativas à teoria da referência. A obra se complementa com um glossário bastante completo de termos e conceitos em filosofia da linguagem.

A obra de Gary Kemp apresenta-se ao leitor interessado como um recurso filosófico e pedagógico, comparável a manuais mais consolidados, como o Miller (2007), à medida que

⁶ Para um aprofundamento na abordagem chomskiana da linguagem, recomenda-se a leitura de Castro (2018).

⁷ Para Haslanger, citada por Jerade (2025), a categoria *mulher* é definida não em termos essenciais, mas por sua posição social em uma estrutura de opressão. Em seu projeto de análise social, uma pessoa é uma mulher se, e somente se, é sistematicamente subordinada em alguma dimensão (econômica, política etc.) e é “marcada” como alvo desse tratamento devido a características corporais (reais ou imaginadas) associadas a seu papel na reprodução.

sistematiza satisfatoriamente as teorias fundamentais da filosofia da linguagem. Sua estrutura avança dos debates clássicos (Frege, Russell e Wittgenstein) para tópicos contemporâneos. Essa progressão temática fornece ao estudioso de Kemp (2024) um aparato analítico que ilumina a relevância dessas questões para o estudo da linguagem em contextos sociais atuais, preparando-o para enfrentar investigações como a de Pérez-Treviño (2023), que discorre sobre o poder discursivo na construção de constructos sociais e o papel da filosofia na análise de discursos ideológicos.

O percurso expositivo de Kemp (2024) põe em articulação a evolução histórica da filosofia da linguagem e suas ramificações mais recentes. Este resenhista acredita, porém, que a utilidade pedagógica da obra seria ainda maior se ela tratasse com mais clareza das tensões que separam as tradições que reúne. Como já foi indicado, no momento em que aproxima a noção de prática em Wittgenstein dos domínios disposicionais da epistemologia naturalizada de Quine, Kemp privilegia a coerência do sistema em vez da diversidade dos métodos, deixando de examinar as consequências do confronto profundo entre normatividade e cientificismo. Apesar disso, tal articulação abre caminho para estudos futuros, pois o diálogo com a inteligência artificial (IA), especialmente no campo dos grandes modelos de linguagem (LLMs), oferece um terreno fértil para testar essas antigas disputas teóricas.

Por conta disso, é possível dizer que a análise da IA, a partir dos fundamentos de Kemp (2024, 2025), reorienta o debate para um patamar conceitual, em que se examina o sentido de *pensar* e *compreender* quando aplicados a entidades não humanas. Aliás, Kemp (2025), apoiando-se em A. Turing e Wittgenstein, argumenta que a questão “as máquinas pensam?” pode estar mal formulada ou mesmo carecer de sentido. Esses desdobramentos acabam por assentar a importância da obra resenhada, cuja integração da filosofia com a engenharia conceitual permite que o leitor empreenda, dentre outras reflexões, críticas conceituais sobre os impactos, reais ou estimados, das novas tecnologias aplicadas à linguagem humana.

Referências

BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris (França): Gallimard, 1966.

CASTRO, G. G. Teoria gerativa: contexto histórico, desenvolvimentos recentes e compromissos futuros. *Cadernos do CESPUC*, Belo Horizonte, n. 33, p. 21-35, 2018.

DAVIES, M. Foundational issues in the philosophy of language. *In*: DEVITT, M.; HANLEY, R. (ed.). *The blackwell guide to the philosophy of language*. Malden (Estados Unidos da América): Blackwell Publishing, 2006. p. 19-40.

KEMP, G. Pushing Wittgenstein and Quine closer together. *Journal for the History of Analytical Philosophy*, [s. l.], v. 2, n. 10, p. 1-18, 2014.

KEMP, G. *What is this thing called philosophy of language?*. 3. ed. London (Reino Unido): Routledge, 2024.

KEMP, G. AI from the point of view of ordinary language. *Philosophical Investigations*, [s. l.], v. 48, n. 3, p. 290-298, 2025.

KORTA, K. Hacer filosofía del lenguaje. *Revista de Filosofía*, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 337-359, 2002.

MARTINICH, A. P. Philosophy of language. *In*: CANFIELD, J. V. (ed.). *Philosophy of meaning, knowledge and value in the 20th century*. London (Reino Unido): Routledge, 1997. v. X, p. 8-51.

MILLER, A. *Philosophy of language*. 2. ed. London (Reino Unido): Routledge, 2007.

PÉREZ-TREVIÑO, A. Lenguaje y realidad social: una aproximación desde la filosofía del lenguaje. *Invortex*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 73-77, 2023.

RODRÍGUEZ-CONSUEGRA, F. La filosofía del lenguaje: su naturaleza y su contexto. *Diánoia*, México, D.F. (México), v. XLVIII, n. 50, p. 41-68, 2003.

Recebido em: 29/06/2025
Aprovado em: 30/03/2026
Publicado em: 24/07/2026